



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 096

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2003 ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PPB .....	Duílio Genari
PT .....	Luciana Rafagnin
PDT .....	Neivo Beraldin
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Chico Noroeste
PPS .....	Marcos Isfer
PSB .....	Doutor Luciano

## Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 095ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
17 DE NOVEMBRO DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Antonio Anibelli e Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente o senhor deputado Elton Carlos Welter (01), conforme o artigo 61 do Regimento Interno.

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Ofícios:

Sob o nº CTL/CC/219/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 203/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, por julgá-lo contrário ao

interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/220/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 253/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, por julgar a medida nele contida totalmente inócua e desnecessária. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/CC/221, 222, 223 e 245/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver SAN-CIONADO os Projetos de Lei nºs:

431/2003: de autoria do deputado Alexandre Curi, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Nivaldo Passos Kruger, o qual foi convertido em Lei nº 14.168. **Anote-se - Arquivo-se.**

396/2003: de autoria do deputado Nelson Justus, que denomina de Escola Estadual Romeu Pires, o atual Colégio Estadual Conjunto Atuba, localizado no município de Pinhais, o qual foi convertido em Lei nº 14.169. **Anote-se - Arquivo-se.**

033/2003: de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera, conforme especifica, o artigo 5º, da Lei nº 13.985/2002, o qual foi convertido em Lei nº 14.170. **Anote-se - Arquivo-se.**

295/2003: de autoria do deputado Ratinho Júnior, que institui o sistema de bônus e de pontuação para merecimento aos policiais civis e militares, pela apreensão de armas, conforme especifica, o qual foi convertido Lei nº 14.171. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº 697/2003, do Sr. Francisco das Chagas Lopes da Cunha - secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento liberou recursos do convênio com a Prefeitura Municipal de Medianeira / PR, no valor de R\$33.944,00 - do Ministério, e R\$11.990,00 - Contrapartida, para apoiar a realização da Expomed/2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs 424 e 425/2003, do Sr. Hermes Ricardo Matias de Paula - presidente do FNDE, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/CC/224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270 e 271/2003, do senhor governador do Estado, restituindo a este Poder Legislativo, os Projetos de Lei nºs 117, 118, 150, 175, 204, 212, 241, 287, 300, 309, 327, 415, 419, 420, 434, 439, 441, 445, 458, 480, 485, 328, 501, 508, 509, 551, 557, 559, 578, 392, 411,

299, 308, 345, 353, 070, 039, 077, 162, 230, 245, 251 e 257/2003. **Ao conhecimento da Casa.**

### Telex:

Do senhor ministro Maurício Correa - presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando decisão sobre a Ação de Inconstitucionalidade nº 2702, sendo requerente: procurador-geral da República e, requeridos: governador do Estado e Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que em Sessão Plenária de 05 de novembro de 2003, julgou procedente a Ação e declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 12.949, de 25 de setembro de 2000, do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 2636

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação do prazo para entrega das Emendas do Projeto de Lei nº 583/2003, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2004, e do Projeto de Lei nº 584/2003, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o exercício de 2004 a 2007 até o dia 19 de novembro de 2003.

Sala das Sessões, em 17.11.2003.

(a) ADEMIR BIER

Presidente da Comissão de Orçamento

#### REQUERIMENTO Nº 2627

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 146/2003, de sua autoria, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Borman de Guaraniaçu, em razão de sua extinção.

Sala das Sessões, em 17.11.2003.

(a) NEREU MOURA

#### REQUERIMENTO Nº 2638

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente, REQUERER votos de pesar aos familiares do Sr. Venceslau de Lemos, pelo falecimento ocorrido no dia 17 de outubro de 2003.

Solicito a especial gentileza em notificar a Sra. Maria Aparecida Lemos, acerca do voto em apreço, no endereço: Av. Jornalista Aderbal Geronasso Stresser, 49 - Cajuru, Curitiba / PR - CEP 82970-010.

Sala das Sessões, em 17.11.2003.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 2641

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de pesar pelo falecimento, em Curitiba, da líder comunitária do bairro Capão Raso, mentora de valoroso grupo de terceira idade, Sra. Zilah de Oliveira.

Sala das Sessões, em 17.11.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Mãe de admirada família, moradora há muitos anos no Capão Raso, na capital do Estado, pioneira do trabalho social com a terceira idade, Dona Zilah de Oliveira notabilizou-se no serviço comunitário.

No dizer de seu filho Célio Borba: “era uma guerreira trabalhadora, que muitas saudades fará desde sua partida. O Paraná perdeu uma cidadã. Curitiba perdeu um pouco de seu brilho alegre, com o desaparecimento daquela mulher de 73 anos, mas de espírito jovem, que tanto entusiasmava seus pares nos encontros de terceira idade...”.

Valho-me da frase de Brecht para pedir a inserção: “...a história fala em nome dos reis, porventura os reis carregaram as pedras? É preciso que a história fale em nome do povo, e da alegria e tristeza da gente do povo...”. Solicito que este requerimento seja encaminhado ao Sr. Célio Borba, caixa postal, 947 - Centro - Curitiba / PR.

#### REQUERIMENTO Nº 2633

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações do empreendimento que ocorreu no dia 13 de novembro passado, desejando, ao mesmo tempo, pleno sucesso.

Requer ainda, que se dê ciência através de correspondências enviadas ao Sr. José Isaac Peres, presidente do Grupo Multiplan, Avenida das Américas, nº 4200 - bloco 2 - sala 501 duplex - Barra da Tijuca - CEP 22640-102 - Rio de Janeiro/RJ, e para o Sr. Dennis Seixas, superintendente do Shopping, no endereço: Alameda Carlos de Carvalho, nº 417 - cjtos. 1802/1804 - CEP 80410-180 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 17.11.2003.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 2624

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de São Jorge do Ivaí, pela passagem, de seus 48 anos de emancipação política, no próximo dia 08 de dezembro/2003.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Luiz Bovo, prefeito municipal, ao vice-prefeito, Sr. Iduilian Zago, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de São Jorge do Ivaí.

Sala das Sessões, em 17.11.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O próximo dia 08 de dezembro/2003, marcará a passagem de mais um aniversário da emancipação política do município de São Jorge do Ivaí, que será comemorada festivamente.

Histórico: em 1946, Oswaldo Barbosa e Ibrahim Rodrigues adquiriram um loteamento já pronto, na região onde hoje se localiza a sede municipal de São Jorge do Ivaí.

No loteamento haviam sido demarcados e divididos os lotes rurais e urbanos, bastando tão somente que fossem colocados à venda. Deram ao nascente povoado o nome de São Jorge. Figuram como primeiros compradores de lotes Antonio Granzotto, Fioravante Granzotto e os Irmãos Soçai. Os próprios fundadores de São Jorge, Oswaldo Barbosa e Ibrahim Rodrigues, gostaram tanto do lugar, que estabeleceram-se com propriedades rurais, na fase pioneira da localidade.

Com a criação do município de Mandaguaçu, em 1951, o núcleo passou a sua jurisdição. Pela Lei nº 16, de 22 de abril de 1953, foi criado o Distrito Administrativo.

Em 26 de novembro de 1954, pela Lei Estadual nº 253, foi criado o município, desmembrado de Mandaguaçu. A instalação deu-se a 08 de dezembro de 1955. Nesta ocasião a denominação foi alterada para São Jorge do Ivaí. O primeiro prefeito foi o Sr. Antonio Granzotto.

Portanto, e com grande satisfação que, através desta proposição, associamo-nos a todas as homenagens devidas ao município que ora aniversaria.

Toda a população de São Jorge do Ivaí é digna do nosso respeito e admiração, na certeza de que continuará sempre com a mesma garra desenvolvendo importante trabalho em prol da grandeza do seu município.

#### REQUERIMENTO Nº 2642

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve pede a inserção nos anais desta Casa, de votos de congratulações e apreço em seu nome e de toda a Assembleia - bem como da população do Paraná - a Dom Albano Cavallin, pelo transcurso de seu Jubileu de Ouro de Ordenação Sacerdotal.

Sala das Sessões, em 17.11.2003.

(a) RAFAEL GRECA

Apoiamento:

Fernando Ribas Carli

#### JUSTIFICATIVA:

Há 50 anos era ordenado, em Curitiba, dentro das comemorações dos 100 anos do Paraná, o sacerdote da Igreja Católica, Padre Albano Cavallin, hoje Arcebispo

Metropolitano de Londrina. Era o dia 06 de dezembro de 1953. Filho de Pedro Cavallin e Celestina Bortoletto Cavallin, nasceu na Lapa, a 25 de abril de 1930.

Estudou em Curitiba e São Paulo, entre 1940 e 1953. Exerceu o ministério sacerdotal na Catedral de Curitiba e na Igreja de Santa Terezinha do Menino Jesus, pároco do bairro do Batel. Foi diretor espiritual do Seminário Maior "Rainha dos Apóstolos".

Fez curso de Espiritualidade em Roma e de especialização em Pastoral Litúrgica em Bruges, na Bélgica. Foi ordenado Bispo em 28 de agosto de 1973, permanecendo Bispo Auxiliar de Curitiba até 1986.

Atuou como membro da Comissão Pastoral de CNBB, na linha da catequese, por dois períodos consecutivos. Foi o segundo Bispo de Guarapuava, a partir de 14 de dezembro de 1986. Nomeado Arcebispo de Londrina, tomou posse a 9 de maio de 1992 e desde então exerce profícuo pastoreio na metrópole do norte do Paraná.

Inserirmos nos anais desta Casa a memória de uma vida útil ao Evangelho dos pobres e da justiça, e às causas de Jesus Cristo, é um pouco escrevemos para futuro a parte boa da história do nosso tempo.

Solicito que o presente requerimento seja encaminhado à rua D. Bosco, 145 - Londrina - PR - CEP 86060-145.

#### REQUERIMENTO Nº 2643

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, REQUER a inserção nos anais da presente Sessão, de voto de congratulações à diretoria e integrante da União Cívica Feminina Paranaense, na pessoa de sua venerável e admirada presidente, D. Dalila de Castro Lacerda, pelo transcurso dos 40 anos de atividades daquela entidade, comemorados no último dia 14 de novembro de 2003, na capital do Estado, com missa na Igreja do Imaculado Coração de Maria.

Sala das Sessões, em 17.11.2003.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

A União Cívica Feminina Paranaense, desde 1963, tem prestado inestimáveis serviços à nossa comunidade. Pauta-se pela valorização da família, dos valores éticos, da Pátria e da democracia.

Instalada no Belvedere "art nouveau" do Alto São Francisco, no Centro Histórico de Curitiba, promove cursos, seminários e motiva não só as mulheres, mas a população para temas simples. Inestimáveis os serviços de valorização à música instrumental, com o Concurso Anual de Bandas e Fanfarras que promove.

Encaminhe-se à Sra. Dalila de Castro Lacerda, Av. Sete de Setembro, 5621, ap. 1601 - 80240-001 - Curitiba.

#### REQUERIMENTO Nº 2625

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, voto de louvor ao Sr. José Benvenuto Ferreira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2639

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao escritor e jornalista Domingos Pelegrini Júnior.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à sociedade paranaense e brasileira, com mais de 15 livros publicados e vencedor do prêmio “Jaboti” por duas vezes.

Requer ainda, que seja dada a ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.11.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2626

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Exmo. ministro de Estado da Educação, Sr. Cristóvam Buarque, solicitando a implantação dos Cursos de Ciência da Computação e Agronomia para o Cefet - Centro Federal de Educação Tecnológica de Campo Mourão-PR.

Sala das Sessões, em 17.11.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente requerimento atender justa reivindicação da comunidade de Campo Mourão, bem como dos municípios circunvizinhos, que tem no Cefet, oportunidade singular de desenvolver aprendizado num estabelecimento público de qualidade.

Por oportuno, cabe ressaltar que o Cefet de Campo Mourão possui somente 03 cursos, sendo: Curso de Tecnologia Ambiental, Curso de Alimentos e Curso de Construção Civil. Ocorre que a Microrregião 12 - Comcam, que congrega 25 municípios, conta somente com uma Faculdade Estadual, cabendo ressaltar que os vários ciclos econômicos pelos quais passaram aquela região, deixaram nos seus rastros sérias desigualdades sociais, relegando ao jovem, filho de famílias menos abastadas pela sorte, um horizonte de poucas possibilidades, não restando a estes outras alternativas a não ser o trabalho volante ou a evasão para grandes centros engrossando as fileiras dos sem-emprego por absoluta falta de qualificação profissional.

É portanto absolutamente fundamental o reconhecimento deste pleito por parte do Poder Público, num ato

que acima de tudo seja entendido como um “resgate da Justiça Social”.

#### REQUERIMENTO Nº 2628

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao diretor geral do Departamento de Estradas de Rodagem- DER, Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando pavimentação asfáltica ou pavimento com pedras regulares (paralelepípedos), trecho de 950 metros.

Sala das Sessões, em 17.11.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Temos urgência na recuperação dessa rodovia pois o fluxo de caminhões pesados é intenso e na época de chuvas torna-se impossível trafegar pela falta de conservação.

Cerca de 40 a 50 caminhões transportam diariamente, mandioca para serem processadas na Amitec- Indústria e Comércio de Amido Ltda, a qual é responsável pela industrialização de 200 toneladas de raízes, o que representa 50 empregos diretos e 1.500 empregos indiretos na região.

Destas 200 toneladas de raízes de mandioca são produzidas diariamente 65 toneladas de amido, o que representa seguramente o ganha-pão de centenas de agricultores que atuam no plantio da mandioca.

Nesse trecho está compreendido o Distrito de Jaraçatã, município de Goioerê, cujo trecho atinge diversas áreas rurais, sendo que a Amitec se propõe a cobrir parte dos custos em parceria com o DER, já que também será beneficiada.

O atendimento dessa reivindicação representa efetivamente a boa política de contenção de êxodo rural o qual é hoje um dos maiores fenômenos negativos da nossa sociedade.

#### REQUERIMENTO Nº 2629

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. ministro de Estado dos Transportes, Dr. Anderson Adauto Pereira, solicitando pavimentação asfáltica da BR-476, ligando Bocaiúva do Sul a Adrianópolis, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.11.2002.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Há décadas a região do Vale do Ribeira, que abrange o sul do Estado de São Paulo e o nordeste do Estado do Paraná apresenta índices de pobreza dos piores do Brasil.

A principal causa da pobreza dessa região é a falta de complemento da pavimentação asfáltica da BR- 476

da qual só falta completar o trecho de Bocaiúva do Sul a Adrianópolis.

A verba de 10 milhões de reais já está aprovada, faltando somente a liberação desse recurso para que as obras sejam retomadas.

Pedimos providências para que não se aumente o prejuízo com o trecho em erosão permanente devido ao abandono das obras.

#### REQUERIMENTO Nº 2637

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro São Braz, que solicitam, em regime de urgência, policiamento ostensivo na Rua Antonio Escorsin, proximidades do Posto de Saúde União das Vilas. No local há um loteamento novo e muitos adolescentes formam suas "gangs", causando tumultos, fazem uso de drogas e assaltam as pessoas que passam nas proximidades, principalmente os menores.

A situação é crítica, a população encontra-se muito apreensiva e com medo, motivo pelo qual os moradores locais solicitam providências urgentes.

Sala das Sessões, em 17.11.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2640

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, REQUER seja enviado novo expediente desta egrégia Assembléia Legislativa, ao Sr. Ministro dos Transportes, Anderson Adauto Pereira, solicitando a construção das alças do viaduto de acesso da PR-415 ao Contorno Leste de Curitiba, nos termos de um outro que se enviou, a 25 de fevereiro passado - e que ainda não foi respondido. Envie-se o mesmo informe ao senhor governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva e ao secretário de Transportes do Paraná, Waldyr Pugliesi, e ao diretor do DER, engenheiro Rogério Walbach Tizzot. E, junto com o informe, segue a exposição de motivos.

A conhecida rodovia Leopoldo Jacomel - PR-415 0 que liga Curitiba, Pinhais e Piraquara, não tem acesso ao moderno Contorno Leste, senão por precárias picadas improvisadas em aterro - causa de risco e de acidentes recentes - sinal de descaso com a segurança da população, com a economia pujante da região, e o elementar direito de ir e vir dos brasileiros ali residentes.

O projeto inicial previa as alças de acesso, com ida e vinda, da PR-415 ao Contorno Leste de Curitiba, tanto é que foram desapropriadas extensas áreas - bem além da faixa de domínio da rodovia - no entorno do viaduto com abrangência para a sua construção, e o seguinte pedido de informações:

1 - O que têm os moradores de Quatro Barras ou São José dos Pinhais, que não têm os de Pinhais e Piraquara, em matéria de direitos de Cidadania, para usufruírem do acesso ao Contorno Leste?

2 - Por que as economias de Piraquara e de Pinhais não podem ser irrigadas pelo benefícios da nova estrada?

3 - Por que os cidadãos de Pinhais, Piraquara, região Leste de Curitiba, Atuba, Colombo, não podem acessar o Aeroporto Afonso Pena, as saídas para os litorais do Paraná e SC, e para o interior do Paraná, via sul e sudoeste, e via norte, através o Contorno Leste, sem uso da malha viária da Capital, ou sem terem de viajar até Quatro Barras ou São José dos Pinhais por estradas tradicionais?

4 - Por que ignoraram os produtores de leite, flores, verduras, horti-fruti-granjeiros, que, numerosos em Pinhais e Piraquara, poderiam chegar ao Ceasa, via Contorno Leste, em 10 minutos, e tem que ir via Curitiba, pela tradicional, levando mais de uma hora?

Sala das Sessões, em 17.11.2003.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

Neste sentido apela-se ao bom senso das autoridades estaduais e federais, para que executem a obra prevista, que não tem qualquer impacto ambiental na área de mananciais ou de captação de água de Curitiba - seja em Pinhais, seja em Piraquara, por estar o sítio do viaduto no distrito de Nossa Senhora dos Remédios da Laranjeira, distante do berço dos rios de manancial em quilometragem razoável.

Nestes termos, no interesse público, aguarda resposta e deferimento.

Sala das Sessões, aos 17 dias de novembro de 2003, 150 anos de criação política do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2644

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao senhor governador do Estado, solicitando seja enviado cópia de balanço do ParanaPrevidência de 2002, e informar qual o montante do patrimônio do ParanaPrevidência (fundo de natureza previdenciária) em novembro de 2003.

Sala das Sessões, em 17.11.2003.

(a) ELIO RUSCH

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 678/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.11.2003.

(a) CLEITON KIELSE

#### PROJETO DE LEI Nº 679/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Sol Nascente, com sede e foro na cidade de Palmital, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.11.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

#### JUSTIFICATIVA:

Nobres senhores parlamentares, tenho a honra de apresentar a Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Sol Nascente, entidade sem fins lucrativos que muito vem contribuindo com o desenvolvimento do município de Palmital, tendo como objetivo básico a promoção do desenvolvimento comunitário possibilitando assim a realização das funções de habitar, trabalhar, recrear e se desenvolver.

As principais ações da Associação são o estudo das condições sociais dos associados em busca de soluções que visem seu desenvolvimento e a definição de normas que possibilitem o bem-estar, conforto e a segurança dos moradores do Conjunto Habitacional Sol Nascente.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 680/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 11.722, de 20 de maio de 1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - O Poder Executivo custeará as taxas de consumo de energia elétrica e de água para Hospitais Universitários Públicos ou Hospitais de Clínicas, mantidos por Instituições Públicas de Ensino Superior, bem como para as Santas Casas de Misericórdia”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.11.2003.

(a) JOCELITO CANTO

#### JUSTIFICATIVA:

As Santas Casas de nosso Estado, assim como as demais instituições que não visam lucro em suas ativida-

des e prestam atendimento gratuito às populações mais carentes que não são assistidas por entidades de previdência e assistência social pública ou particular, tem enfrentado graves problemas de caixa para fazer frente a tantas despesas que sofrem aumentos mensais mantendo, ao mesmo tempo, atendimento de bom nível.

Como se sabe, os repasses do SUS, Secretaria de Estado da Saúde e a captação de recursos de outras fontes são sempre insuficientes para cobrir os custos de atendimentos que muitas vezes exigem um grau elevado de complexidade e de sofisticação de equipamentos.

Além de despesas fixas, existe a necessidade periódica de manutenção e modernização de equipamentos, aquisição de novos insumos, investimentos em recursos humanos de qualidade, enfim, tudo o que se faz necessário para a execução dos atendimentos que tem por objetivo a prevenção de doenças e manutenção da vida.

A aprovação do presente projeto permitirá às Santas Casas de Misericórdia uma redução de despesas fixas que pode representar um alívio de caixa, contribuição fundamental para a manutenção do bom atendimento às pessoas mais carentes. Para tanto, pedimos o apoio dos nobres pares desta Casa.

#### PROJETO DE LEI Nº 681/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual, o Sindicato Rural de Francisco Beltrão, com sede e foro na comarca de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.11.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

O Sindicato Rural de Francisco Beltrão, entidade sindical de primeiro grau, com sede à Rua Porto Alegre, nº 21, em Francisco Beltrão, Estado do Paraná, já foi declarado de Utilidade Pública Municipal, pela Lei nº 2354, de 05 de junho de 1995.

Constituído para coordenar, proteger e representar a categoria econômica rural, inclusive em colaboração com os poderes públicos e demais associações, o Sindicato Rural de Francisco Beltrão preenche os requisitos para sua declaração de Utilidade Pública Estadual, eis que conforme se comprova com os documentos aqui anexados, possui personalidade jurídica; seus estatutos estão registrados sob nº 252, às fls. 17 do Livro 01 da Delegacia Regional do Trabalho do Estado do Paraná, conforme Portaria Ministerial 3150/98; presta desinteressadamente serviços à comunidade e sua diretoria não é remunerada.

Anexa-se, ainda, ata de eleição da diretoria atual, bem como o relatório de atividades do último ano.

Contamos, pois, com o apoio dos nobres parlamentares desta Casa, para a aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados, membros da imprensa. O que nós gostaríamos de falar hoje, é um assunto constrangedor para o Paraná e para a cidade de Curitiba.

Na semana que passou nós tivemos a inauguração de um dos maiores shoppings da região Sul, o Shopping Barigüi, o mais moderno do Brasil. Nós analisamos todo o trabalho feito para esse shopping, que investiu mais de 220 milhões gerando 2.000 empregos diretos e 6.000 empregos indiretos. É uma grande fábrica que foi inaugurada, aqui, na entrada da cidade, no Parque Barigüi.

Para surpresa nossa, tivemos a felicidade de conversarmos com o presidente do Grupo Multiplan, José Issac Peres, que nos falou da dificuldade que teve para fazer esse shopping em Curitiba, desde fiscalização, multas, nenhum tipo de apoio, nem da Prefeitura Municipal, muito menos do Governo do Estado.

Então, faz-se uma obra de 220 milhões, uma grande fábrica, gera 6.000 empregos, num momento de crise, o shopping mais importante hoje no país, e o empresário não recebe nenhum tipo de incentivo! Pelo contrário, tentaram atrapalhar a sua vida por diversas vezes! Só de obras públicas, esse empresário gastou 8 milhões, tirando inclusive aquelas casinhas que estão às margens do Parque Barigüi; algumas foram retiradas e outras serão retiradas pela própria empresa do Grupo Multiplan.

Se alguém investe 220 milhões, será que não teria que ter um incentivo da Prefeitura Municipal, do Governo do Estado? O grupo não recebeu nenhum tipo de apoio e se instalou, aqui, enfrentando as dificuldades, enfrentando o governo municipal, o governo estadual, que muitas vezes não facilitou; pelo contrário, muitas vezes criou caso para a sua instalação, sem nenhum desconto do IPTU para os lojistas, ISS da construção, nada, absolutamente nada.

Queria prestar hoje, uma homenagem a esse empreendedor, que teve a coragem de vir ao Paraná, que enfrentou as dificuldades, que não desanimou, que veio aqui para fazer um empreendimento que é, sem dúvida, hoje, um dos mais importantes deste Estado e da Região Sul, e que estava triste. Triste, porque não recebeu absolutamente nada. Nem o IPTU. Já era um pouco de incentivo para alguém que coloca tanto dinheiro.

Lembrei-me quando fui prefeito de Ponta Grossa, quando inaugurou o Shopping Palazium, viabilizamos 10 anos sem cobrar IPTU dos lojistas. Quando se quer, se faz as coisas.

Vimos aqui um empresário conceituado deste país, que veio aqui sozinho, enfrentou tudo sozinho e não desanimou em momento nenhum. Está aí um grande investimento. Um investimento que traz 220 milhões, 160 milhões do empresário e mais 60 de outros parceiros. Dois mil empregos diretos. Seis mil empregos indiretos. Fora o que vai ser construído ainda. Multas, atrapalhos, obras públicas sendo feitas pelo Estado e pelo município e ninguém incentivou nada.

Ficou apenas na vontade de se fazer um shopping mais moderno da Região Sul, aqui no Parque Barigüi.

Gostaria hoje de saudar o empresário José Issac Peres, e deixar uma pergunta no ar: os outros shopping construídos aqui no Paraná, em Curitiba, tiveram algum tipo de incentivo da Prefeitura ou do Estado? Ou somente esse shopping que veio se instalar aqui, oferecer empregos, dignidade, mudar a cara daquela região, mudar a entrada de Curitiba, não recebeu nenhum tipo de incentivo? Fez tudo com a coragem!

Só lamento que o município não tenha oferecido absolutamente nada para um empreendedor que gera seus mil empregos indiretos. Lamentável!

Deveríamos ter uma lei, a nível municipal e estadual que, quando alguém trouxesse empregos para o nosso povo, tivesse pelo menos um incentivo, porque não teremos pessoas como esse empresário, Sr. José Issac Peres, que tiveram a coragem de fazer esse shopping aqui em Curitiba.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Luiz Nishimori.

O SR. LUIZ NISHIMORI

(Lê):

“Senhor presidente, senhores deputados.

Junto com os deputados Nereu Moura e Vanderlei Iensen e mais 10 empresários paranaenses, estivemos participando da 31ª Missão Econômica do Paraná ao Japão.

Nós denominamos a nossa participação como a “1ª Missão dos Deputados do Paraná ao Japão”, com objetivo de visitar a Assembléia Legislativa de Hyogo, nosso estado co-irmão do Paraná, visando propor àquela Casa, um convênio de cooperação recíproca na área legislativa e técnica.

E levamos aos parlamentares de Hyogo, os cumprimentos da Assembléia Legislativa e a saudação do povo paranaense.

Mostramos que juntos, espelhados no convênio de irmandade que existe há 33 anos entre a Província de Hyogo e o estado do Paraná, os acordos de parceria e ajuda mútua só podem trazer benefícios e crescimento para ambas as partes.

Tivemos a oportunidade de manter diversos contatos, dentre eles com os representantes do Jica, organismo



governamental que possui escritórios em todos os países, inclusive no Brasil. A Jica é um órgão responsável pela implantação de programas de cooperação técnica em países em desenvolvimento.

Por isso, senhor presidente e senhores deputados, nós deixamos a semente plantada. Esperamos que brevemente possamos colher esses frutos, com a assinatura de um acordo.

A nossa viagem também foi marcada pelo simpático encontro que mantivemos com a princesa Sayoko, filha do imperador Akihito.

E ainda, no roteiro que fizemos no Japão, estivemos visitando o ilustre embaixador do Brasil no Japão, Ivan Cannabrava, junto com o ministro-conselheiro Fausto Godoy e o ministro Hermano Telles Ribeiro.

E nessa oportunidade, comentamos que se encontram no Japão, cerca de 280 mil irmãos brasileiros, que são conhecidos como “dekassegui”, dos quais 50 mil são paranaenses, que estão labutando, uns sozinhos, outros com toda a família, em busca de um novo horizonte e trazendo recursos em torno de 5 bilhões de dólares por ano ao nosso país.

E neste particular, sabendo das dificuldades que estão se deparando diariamente, com o idioma, alimentação, costumes e outros fatores, solicitamos que ao embaixador e demais ministros que olhem para esses dekassegui com mais carinho, oferecendo melhores condições de vida, de trabalho e proporcionando meios e garantias de educação aos seus filhos. Enfim, que a adaptação desses brasileiros no Japão seja estudada e analisada.

E dentre outras conversas que mantivemos com o senhor embaixador, lembramos que no ano de 2008, a comunidade japonesa do Brasil estará comemorando o 100º aniversário da imigração japonesa no Brasil. Por isso, toda a comunidade japonesa estava sendo mobilizada para promover um grande evento comemorativo. Comunicamos que no Paraná, já foi constituída uma comissão provisória para planejar e programar todas as festividades alusivas ao centenário da imigração.

E ainda, nos diversos contatos que mantivemos, foi ajustada uma visita da Missão Econômica da Província de Shizuoka/Japão, composta por 15 membros que estará chegando hoje, dia 17, a Curitiba.

Eles virão para conhecer o nosso Estado e está sendo marcada uma rodada de negócios com o empresário paranaense no próximo dia 19. Com certeza, este encontro de empresários renderá bons resultados.

E finalmente, fomos recebidos pelo governador da província de Hyogo, do Estado co-irmão do Paraná, Sr. Toshizo Ido, uma personalidade muito simpática e alegre, que nos acolheu com muita hospitalidade.

E nesta oportunidade, lembramos o ilustre governador que no ano de 2005, o acordo de irmandade entre o Paraná e Hyogo estará completando 35 anos de profícua parceria. Por isso, formalizamos o convite ao governador

Toshizo Ido, para visitar o Paraná e conhecer de perto a pujança do nosso Estado.

Esperamos, portanto, contar em 2005, com um visitante ilustre para esta comemoração.

Assim, senhor presidente e senhores deputados, a visita foi muito proveitosa e fecunda. Procuramos nessa curta temporada, deixar a nossa impressão e a nossa intenção aos japoneses, e cremos que o futuro nos trará bons resultados. Acreditamos que a conhecida disciplina e organização dos japoneses podem significar num relacionamento mais intenso com a nossa riqueza, com o nosso trabalho e com a nossa amizade do povo paranaense.”

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Com a palavra, o deputado Plauto Miró Guimarães.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Há 72 dias, protocolei à Mesa da Assembléia Legislativa um pedido de informações para podermos esclarecer por que é que os municípios dos Campos Gerais não estavam fazendo parte do programa do “leite das crianças”, municípios esses com baixo índice de desenvolvimento humanitário. Em cima disso, a preocupação trouxe, e o requerimento eu apresentei à Mesa, e, pasmem, o compromisso do Governo é de, em 5 dias, responder os requerimentos feitos pelos deputados estaduais na Assembléia Legislativa do Paraná, e 72 dias depois, senhor presidente e senhores deputados, chega o resultado do pedido de informações.

E pior, o resultado que fiz para todos os municípios que represento, senhor presidente, todos vierem dizendo que até o momento não foi possível fazer o atendimento desses municípios que compõem a região dos Campos Gerais e além delas, municípios como Campina da Lagoa, senhor presidente, onde o senhor é o mais votado, como o município de Nova Cantu, município de Roncador, que também votos lá fiz e tenho aliados políticos.

Mas, o que mais me assustou, foi a posição do prefeito Toti Colaço, do município de Irati, que estava - em declarações à imprensa do Estado do Paraná - deixando clara a sua preocupação, com programa do leite, que foi anunciado em Irati e agora, no final de novembro, estava para ser feita a primeira distribuição do programa naquele município. E, segundo ele - e está na imprensa do Estado do Paraná - não vem recebendo e não está conseguindo contactar com as secretarias que têm a responsabilidade de fazer a distribuição do leite às crianças no Estado do Paraná.

Então, era agora, no final de novembro, para começar essa distribuição, e o prefeito Toti Colaço trouxe a público, trouxe à imprensa do Estado do Paraná a sua preocupação. E pior, o secretário do Trabalho, Padre Roque Zimmermann, em uma entrevista que deu à Rádio CBN, deixou claro que o número de cidades atendidas

até o momento não chegou a 60% da meta pré-fixada. E pior do que isso, ele disse que as dificuldades não são financeiras e, sim, de logística, de distribuição, e neste ano não iriam atingir nem os 60% pré-determinados no início do governo do atual governador. A secretária Eleonora Fruet, também em uma entrevista na Rádio CBN-ela, secretária do Planejamento - deixou claro que a outra versão dela é que o governo não fixou metas para este ano, mas apenas para o próximo ano; segundo ela, somente "programas-pilotos" foram lançados. Eleonora Fruet e Roque Zimmermann garantem que o cronograma da distribuição do leite ficou por conta da Secretaria da Agricultura. A realidade é uma deputado Valdir Rossoni e deputado Elio Rusch, estão perdidos, nem respondem pelo programa.

O secretário do Trabalho traz uma reposta, a secretária Eleonora Fruet traz outra, e os dois jogam a responsabilidade para o secretário da Agricultura do Estado do Paraná, Orlando Pessuti.

Enfim, o Toti Colaço mostra a sua preocupação, deputado Tureck, que é representante de Nova Cantu, de Campina da Lagoa, de Roncador. Está aí a resposta, deputado Tureck, feita por nós, de um pedido de informações que não tem nem previsão para fazer com que o leite chegue às crianças do nosso Estado do Paraná.

Para mim, senhor presidente, senhores deputados, foi uma promessa que não vai ser cumprida. Se até agora nem 60% do que foi previsto para o primeiro ano de governo não aconteceu, quem dirá na continuação dos próximos três anos! Ponta Grossa, deputado André Vargas, que teve no ano de 2001, cento e trinta e um focos de favelas no município, levantamento esse feito pelo IBGE.

E, neste ano de 2003, o deputado Jocelito Canto sabe, foi feito um novo levantamento de cento e trinta e dois focos de favelas, subiu para duzentos e trinta no município de Ponta Grossa.

Vejam o quanto empobreceu a cidade de Ponta Grossa! Com esses números, se tem idéia do que é Ponta Grossa. Lá, sim, as crianças precisam do leite, que com duzentos e trinta focos de favelas, que dobrou em dois anos os números, as crianças têm a mesma fome que as crianças dos outros municípios do Paraná.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Com a palavra, o deputado Waldir Leite.

**O SR. WALDIR LEITE**

Senhor presidente, senhores deputados:

Na última quarta-feira estivemos, todos, em Paranaguá e eu quero desde já aqui fazer um agradecimento àqueles deputados que puderem estar lá, sabendo que os que não estavam é porque tinham outros compromissos...

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Senhor presidente, com a permissão do ilustre deputado.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Pois não!

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Senhor presidente, eu acredito que algo tem que ser feito, porque infelizmente, deputado Leite, nós não estamos conseguindo ouvir o seu pronunciamento, como não ouvimos o pronunciamento do deputado Plauto.

Então, se for para o deputado subir à tribuna e não ter som....

Eu quero até registrar, porque eu fui 1º secretário desta Casa e não consegui resolver o problema do som; parece que tem um mistério nisso. E o mistério continua, deputado Leite, nós não estamos ouvindo o seu pronunciamento.

Faço este registro porque estamos cansados de reclamar. O funcionário do som fecha o vidro. E o que acontece? Ele não tem o som ambiente. Ele tem o aparelho de colocar nos ouvidos e não coloca também. E aí o parlamentar fica fazendo o papel de bobo aqui no Plenário, por quê? Porque não tem som, e não é possível que uma Casa como esta aqui não possa ter um som melhor, porque sabemos o que foi gasto nesse som!

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Procede a questão de ordem de V. Exa.

Eu quero solicitar ao pessoal do som que veja a melhor forma de, com esse som que aqui está, dar uma melhor condição para que o orador que se encontra na tribuna possa ser ouvido.

**O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)**

Senhor presidente, na mesma linha de raciocínio, veja que eu estou forçando a voz para poder me fazer ouvir.

No sistema antigo, em que todos os microfones ficavam ligados em cima das mesas, já havia uma maneira de regular por certo por um engenheiro, por alguém que entenda de som. Essa mesa que eu vejo aqui é uma mesa bastante complexa de ser dominada. E me parece que quem está manuseando o som, não é que ele tenha má-vontade, é que é uma mesa complexa, é para um operador, é para um engenheiro de som que saiba evidentemente, regular esse som.

Então, essa situação tem se repetido aqui na Casa, inúmeras vezes. Não sei a pedido de quem, mas o som, às vezes para um deputado tem uma certa gravidade, tem mais agudo e para outros não tem. Não sei o que está acontecendo. Se o problema é lá na parte técnica ou se o problema é em relação a algum pronunciamento da Casa.

O fato é que a situação não está boa e acho que não é tão difícil assim, porque se um som é regulado para um ginásio de esporte, para um show, ou um espetáculo qualquer, com perfeita audição e, aqui, com toda essa acústica não deve ser muito difícil.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Vamos levar a preocupação dos senhores deputados ao 1º secretário, para que ele possa, obviamente, tomar as providências necessárias no aperfeiçoamento do som.

Deputado Leite, eu vou zerar o tempo, para que V. Exa. não fique prejudicado no vosso pronunciamento.

**O SR. WALDIR LEITE**

Essa questão do som é meio curiosa. Conforme quem está falando, o som é bom; conforme quem está falando, o som é muito ruim. Essa é uma coisa que percebi durante esses nove meses aqui.

Na última quarta-feira estive acompanhado de vários deputados, em Paranaguá, onde na oportunidade, o governo do Estado anunciou várias liberações de recursos e vários investimentos na cidade de Paranaguá.

Digo de passagem aqui, que uma das mais importantes foi a questão da saúde, quando o governo liberou recursos para o novo hospital Municipal Público, onde atenderá a comunidade do litoral, já que Paranaguá é cidade-pólo e todas as pessoas de todas as cidades da região, sempre que precisam, recorrem a Paranaguá. Também porque Paranaguá, entre todas as cidades do Paraná, é a cidade que oferecia o menor número de leitos por habitantes. Vejo que é um problema crônico que o governo do Estado, através da Secretaria da Saúde está procurando resolver e minimizar, de forma atender aos anseios da população do litoral.

Vi, com muita alegria, a Secretaria da Educação, através de seu secretário, Maurício Requião, anunciar que a partir do ano que vem será ofertado às populações que moram nas ilhas do litoral, o ensino de 5ª a 8ª séries, que até então não tinham oportunidade. O dever do Estado é oferecer esse ensino, e a partir de agora, veremos aquelas pessoas contempladas, dando a oportunidade para que adquiram um maior conhecimento e ao longo de suas vidas tenham maiores oportunidades.

Tivemos um grande calor naquele dia, onde vários deputados tiveram alguns problemas na viagem. Quero aqui pedir perdão, aos senhores caso tenha ocorrido alguma coisa lamentável, como atraso e outras coisas mais, que aconteceram naquela tarde, em Paranaguá. E não posso deixar de agradecer a todos vocês que participaram.

Vimos que o governo do Estado liberou recursos, na ordem de mais ou menos 50 a 60 milhões para Paranaguá, além de outras cidades do litoral. Vejo que o governo Requião tem feito a sua parte, para com o litoral, litoral este que lhe deu uma grande votação na eleição. Fico bastante alegre em poder representar aquela região e ver, aqui, o governo atendendo, como nunca o litoral foi atendido. Espero que as obras que foram liberadas tenham o seu início, com a maior brevidade possível, a fim de que os problemas crônicos que ainda temos em Paranaguá, logo sejam resolvidos e a população tenha a

seu dispor os serviços que todo cidadão merece ter, que é saúde, educação, entre outros, que é dever do Estado.

Seria isso, senhor presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

No Horário do Grande Expediente usará a palavra o senhor Paulo Azzolini, conforme requerimento aprovado nesta Casa de autoria do deputado Marcos Isfer.

**O SR. PAULO AZZOLINI**

Boa tarde, senhores deputados.

Em primeiro lugar, muito obrigado pela oportunidade.

Vimos aqui falar de uma parte da história do coração de Curitiba, que é a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - Saza Lattes, uma entidade filantrópica que está em Curitiba há 49 anos. A Saza Lattes, como muitos conhecem, sabem da história e da importância da prestação dos serviços dela na Saúde, na Educação e na Ação Social.

Saza Lattes está completando 49 anos este ano e foi o primeiro sistema de saúde implantado em Curitiba, não havia sistema de saúde, com postos de saúde no Paraná, em nenhuma cidade. A Saza Lattes, na época, tinha 35 pontos de saúde e hoje, apesar das grandes dificuldades, de tudo que se passa, da crise que se passa, nós estamos aí na direção, a presidência da entidade, e conseguimos manter 11 postos de saúde, três creches, 4 centros de apoio social à mulher.

**(Apresentação de transparências)**

Aí são as localidades das nossas unidades de atendimento. Na questão da saúde, temos o mapa da distribuição da prestação de serviços que temos em Curitiba.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Dr. Paulo, solicito a V. Exa. que explique como é que é, é particular isso aí, é um plano, como é que é?

**O SR. PAULO**

Não, isso é público, gratuito atendimento gratuito, não tem nada de plano de saúde não, em absoluto. É que é a história de Curitiba e ela pertence à história de Curitiba. Talvez o deputado não seja deputado de Curitiba mas a Saza Lattes é muito conhecida e é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos e não tem nenhum plano de saúde; é que foi o primeiro sistema de saúde implantado, aqui no Paraná, em Curitiba. Aí, sim, veio o SUS, hoje ela faz parte desse programa, tem, então, 11 unidades de saúde.

Temos aí o centro de apoio diagnóstico, ganhamos um aparelho de ecografia do consulado do Japão e com esse aparelho estamos atendendo hoje a Região Metropolitana e Curitiba, com 2.800 ecografias gratuitas mensais.

No Centro de Apoio Social da Mulher, nós temos cursos de corte costura, curso de corte de cabelo, manicure e pedicure, então esta entidade mostra a seriedade dela.

Aí está o serviço que temos que é a pediatria, clínica geral, ginecologia, obstetrícia, odontologia, serviço social e enfermagem. Temos o CAD que é centro de apoio que hoje funciona num prédio novo, alugado, ali na antiga rodoviária onde atendemos toda Região Metropolitana de Curitiba com ecografias. Aí estão as ecografias que nós tiramos: Obstétricas, vias urinárias, a mama, abdômen no total, próstata, transvaginal. Temos também agora um convênio, esse já é um modelo diferente que estamos implantando, convênio com várias clínicas, nós temos o eletrocardiograma.

Nós temos também três Centros de Educação Infantil, duas creches e uma pré-escola, atendimento de 0 a 6 anos. Temos o Centro de Apoio à Mulher com os cursos de profissionalização que já apresentamos, corte de cabelo, manicure, pedicure e corte e costura que hoje são implantados por muitas prefeituras, modelos quicá, até da Saza Lattes.

Nós temos aí os convênios em processo de finalização, que estamos fazendo para a sobrevivência da Saza Lattes. Estamos fazendo convênio com clínicas que têm excesso de atendimento e podemos atender pessoas a quase custo zero, que são clínicas de fonoaudiologia, psicologia, exames cardiológicos. Temos também convênios com as universidades, Faculdades Espírita, na pedagogia, serviço social e yoga. Temos empresas e instituições parceiras da Saza Lattes, parcerias com as universidades, temos os estagiários curriculares.

Temos também a Pontifícia Universidade Católica que está tudo isso incluída em convênios nossos, aqui, nas nossas creches.

\*Projetos Comunitários - balé, inglês, literatura, caratê e musicalização.

\*Psicologia - estágio em Psicologia Social nas duas universidades, esse tipo de convênio.

Com a Uniandrade, temos orientação e encaminhamento jurídico em todas as unidades. E também enfermagem, que é um estágio curricular, que atende na UAC Jardim das Americas.

Temos com a Unicamp Psicologia, que é estimulação de bebês precoces. Este projeto nos mandamos as nossas kombis nas áreas carentes, pegamos as crianças e levamos até a Unicamp para fazer o trabalho de psicologia, que é o trabalho de estimulação da criança precoce. E na área de Fisioterapia temos palestras preventivas.

Temos também os estágios extra-curriculares, que é com a Faculdade Evangélica de Medicina. Nas duas unidades de Santa Quitéria e Medianeira.

Na Universidade Federal temos a Enfermagem nas três unidades nossas, de Madalena Sofia e São Benedito.

Voluntariado: Psicologia no Jardim das Américas, Otorrino na Madre Cléia e Gineco-obstetra no Jardim das Américas.

Temos também na Educação: Professor de Inglês CCEI Família Feliz, Professor de Educação Física CCEI Família Feliz e também ajudantes de Serviço Gerais CCEI Família Feliz.

Vamos mostrar agora uma fita.

O motivo de estarmos vindo aqui falar da Saza Lattes, é que pedimos a vários deputados uma emenda no Orçamento, para que possamos continuar esse bellissimo trabalho e tão essencial. Gostaria de dizer que a Saza Lattes atende hoje quase que 13 mil pessoas carentes mês. E também temos hoje na Saza Lattes mais de 200 funcionários. Então, é uma entidade filantrópica, que dá emprego direto a mais de 200 famílias. E também temos aí essa essência de trabalho, que atendemos 13 mil pessoas carentes/mês.

### (Apresentação de vídeo)

O que acabamos de assistir é uma história de Curitiba, que a ela pertence, é uma célula de Curitiba e que a gente aí encaminhou também aos deputados, alguns ofícios pedindo uma ajuda. Hoje o maior convênio, logicamente, é feito pela Prefeitura de Curitiba - Secretaria Municipal de Saúde e procuramos recursos. Enfim, fazemos todas as atividades e criatividade possíveis para manter esta entidade.

Agradeço imensamente a atenção de todos os deputados, especialmente o deputado que nos concedeu este espaço, deputado Marcos Isfer.

Muito obrigado.

### O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)

Agradeço, senhor presidente.

Apenas para referenciar o nosso companheiro, Paulo Azzolini que fez a apresentação da Saza Lattes. Mas o senhor fez bem em perguntar se esta entidade era particular, privada, pública, enfim, que tipo de entidade era, porque muitas pessoas fazem esta confusão.

Lembro-me, por exemplo, quando fui vereador em Curitiba, logo no início da minha carreira política, que muita gente entendia que os postos de saúde, na época da Saza Lattes, que era um dos poucos postos de saúde que Curitiba tinha, era postos de saúde públicos. Eram, efetivamente, porque acabavam fazendo esse atendimento, uma vez que a prefeitura não chegava com atendimento a determinados bairros.

Então, é um trabalho prestado por uma entidade sem fins lucrativos, onde as contribuições são feitas através das pessoas da sociedade. Nós já tivemos, como presidente dessa entidade, inúmeras pessoas da maior representatividade paranaense, como D. Dalila de Castro e outras pessoas que foram suas presidentes, D. Maria, enfim, inúmeras pessoas que deram o seu nome, como hoje o Paulo Azzolini empresta o seu, para que a entidade possa funcionar.

É muito importante que haja o apoio também dos órgãos públicos à entidade, uma vez que em alguns

momento, alguns governos chegaram a se utilizar da entidade, chegaram a dar mau uso à entidade, o que acabou inclusive trazendo transtornos à entidade, que hoje tem dificuldades, às vezes, para resgatar o seu trabalho.

E esta Assembléia, na mesma forma que entendeu com relação a alguns hospitais, fazer emendas coletivas, também está com relação a Saza Lattes, fazendo uma emenda ao Orçamento para compra de equipamentos que possam servir à população paranaense e curitibana.

Muito obrigado!

#### O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Queria apenas cumprimentar o Paulo Azzolini e toda a Saza Lattes, e dizer que acho que toda a instituição que cuida de criança, deve ser aplaudida, independente se ela é particular, se ela é oficial. Muitas vezes essas instituições fazem coisas que o Governo deveria fazer. Geralmente são atribuições do Governo, que os governos não fazem, e essas instituições têm pessoas abnegadas como o Paulo e sua instituição, que trabalham por ela.

Por isso, queria aqui lhe cumprimentar, dizer que essa instituição tem o nosso respeito, o nosso carinho. Continue assim cuidando das crianças.

Espero que o nosso governador mude aquela idéia de que as instituições não precisam de apoio. Pelo contrário elas precisam, sim, porque estão cuidando muitas vezes daquilo que o estado não cuida.

Parabéns!

#### O SR. DOUTOR LUCIANO (**Pela Ordem**)

Queria cumprimentar meu amigo Paulo Azzolini, pelo brilhante trabalho que realiza à frente da Saza Lattes, uma instituição pioneira em Curitiba no atendimento da área da saúde, principalmente como entidade filantrópica, pelo trabalho que faz em várias unidades de saúde que temos na cidade de Curitiba, de uma forma especial avançando na área de especialidades, onde hoje dá um grande apoio diagnóstico, principalmente para gestantes na área de ecografia para o programa “Mãe Curitibana”.

Então, queria parabenizá-lo, dizer que pode contar conosco, com o PSB, e parabenizar o Marcos Isfer, que já levantou essa sugestão de uma emenda coletiva, que acredito que seja uma maneira mais fácil que a gente tem para viabilizar recursos para a Saza Lattes, que com certeza virá de encontro à demanda da necessidade que a entidade está tendo.

Parabéns pelo trabalho. Ao cumprimentá-lo, cumprimento também a todos os funcionários da Saza Lattes, que se dedicam no dia-a-dia ao atendimento à população de Curitiba.

#### O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Quero cumprimentá-lo e sei do empenho especificamente que V. Sa. está fazendo para concluir um Posto de Saúde em Santa Quitéria.

E, há poucos dias, o deputado Vanhoni me disse que poderia designar até 100 mil reais para o município,

uma entidade filantrópica na área de saúde. E disse de pronto - então primeiro quero que concluam o Posto de Saúde Santa Quitéria, porque lá, ao longo do tempo, com apoio da comunidade, muito sacrifício, se chegou a 90% da obra física, já aproximadamente pronta. Mas isso já passei a V. Sa.. Daqui a pouco vou falar com o secretário da Saúde e vou saber se esse dinheiro existe de verdade, e se dá para concluir aquele Posto de Saúde Santa Quitéria, que vai atender uma região bastante grande, Santa Helena e toda a redondeza.

Mas, não peço a palavra apenas para falar de Santa Quitéria e de um posto que V. Sa. está cuidando com carinho. Peço a palavra para dizer também que todos aqueles que trabalham na Saza Lattes merecem nosso cordial abraço, e sobretudo, que Deus lhe dê um bom Natal e um bom início de Ano Novo, porque aqueles que trabalham na Saza Lattes, com certeza, já fizeram por merecer, porque cuidam daqueles que efetivamente precisam da mão amiga.

Muito obrigado e meus parabéns.

#### O SR. PAULO AZZOLINI

Muito obrigado, deputado.

Esta obra que o deputado menciona é uma obra de 400m<sup>2</sup>, e nós queremos passar o centro de diagnóstico para esta obra e tentarmos viabilizar mais um aparelho de ecografia para atingirmos 4 mil ecografias por mês, para os carentes.

Gostaria de deixar registrado que a Saza Lattes atende 10% da saúde de Curitiba.

Muito obrigado, senhor presidente e senhores deputados.

#### O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta presidência agradece a bela explanação de V. Sa. e esta Casa, sensível como é, talvez os deputados, neste fechamento de emendas do Orçamento para aplicação da Saúde, talvez tenha sensibilidade e venha atender esta associação, que é um orgulho à nossa cidade de Curitiba.

No Horário das Lideranças, concedemos a palavra ao deputado Reni Pereira, do PSB.

#### O SR. RENI PEREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Utilizo este horário do meu Partido, para fazer coro às lideranças de minha cidade, entre as quais o prefeito municipal e o secretário de Turismo, porque Foz do Iguaçu se encontra num momento muito delicado, um momento que eu diria até, de luto e constrangimento pelos últimos acontecimentos que têm ocorrido na terra das Cataratas.

A situação é tão lamentável que inclusive saiu na Gazeta do Povo o lamento do nosso prefeito quanto às imagens negativas da cidade, que estão sendo veiculadas no País. Mal sabia ele que no dia seguinte uma imagem muito mais negativa extrapolaria os limites do nosso país,

correndo o mundo inteiro. E eu tive a oportunidade, na madrugada de sábado, de correr agências de notícias de diversos lugares: da África, da França, da Alemanha e perceber que Foz do Iguaçu fazia parte do noticiário internacional, infelizmente com uma notícia ainda mais negativa que aquela que o prefeito estava lamentando no dia anterior. Ele lamentava uma situação de guerra na qual se encontram os sacoleiros, frente ao grande aparato policial que foi para lá, destacado pelo Governo Federal, no sentido de coibir a sonegação de impostos e o contrabando.

Entretanto, uma coisa está diretamente ligada com a outra. E o motivo do luto é o mesmo. Tanto é que no jornal de hoje, a Gazeta do Paraná, o secretário municipal de Turismo pede ao Governo do Estado para que cumpra a promessa de campanha eleitoral em relação a Foz do Iguaçu e transforme a instalação do portal da cidade em uma escola de polícia. O que permitirá aumentar o número de policiais.

Entretanto, não serão só esses policiais que resolverão a situação de Foz do Iguaçu. Com esse arrocho que está sendo colocado através desse grande contingente de policiais de todas as partes do Brasil em Foz do Iguaçu, aproximadamente 30 mil pessoas, que trabalham como laranjas, estarão encaminhando para a criminalidade.

Não serão esses 300 policiais a mais que vão salvar a situação de Foz do Iguaçu.

Não estamos tentando tratar de discutir a legalidade do ato, do decreto do Governo Federal, que instituiu a obrigação das empresas de ônibus de etiquetar a bagagem do sacoleiro e quem tiver com mais de 150 dólares, de bagagem, a empresa de ônibus será paralisada em 15 mil reais.

Não vamos discutir a legalidade, até mesmo porque acreditamos que o Governo deva ter lá os seus motivos quando editou esse decreto e deve ter uma assessoria qualificada e no aspecto legal, ele tem razão.

Mas, temos que discutir, sim, tanto no âmbito estadual, quanto no âmbito federal, de que maneira que nós vamos retirar mais de 30 mil pessoas que se ocupam nessa atividade, que é a sua única alternativa de renda, de milhares e milhares de pessoas. Não podemos tirá-los disso sem apresentar alternativas de sobrevivência, porque essas pessoas dependem de passar uma cota diária para poder comer no dia seguinte e, a situação tende a piorar.

Tenho certeza que se clamarmos por segurança como o secretário está clamando, inclusive ele que voltou de uma viagem a Londres, com mais de 20 empresários locais, que foram divulgar as Cataratas do Iguaçu. Tenho certeza, que os milhares e milhares de reais, que o governo do Estado, o governo municipal e o governo federal têm gasto na divulgação do turismo de Foz do Iguaçu estarão sendo jogado fora, porque um fato como esse em que só na comitiva desse turista francês que foi morto, havia mais de 70 pessoas, que foram junto com o corpo dele de volta a Paris. No momento, existia em Foz do Iguaçu mais de 2000 turistas franceses.

Será que esses turistas franceses, se tinham a intenção de visitar outras partes do Brasil, permanecerão no Brasil? Não!

Assim como o secretário que disse na imprensa, que espera que o governador cumpra a promessa com relação à cidade, eu tenho certeza, que no aspecto do turismo o governador está cumprindo, tanto é que nomeou um secretário de Turismo da cidade de Foz do Iguaçu, o Sr. Cláudio Rorato. Há poucos dias enviou 5 milhões de reais, para ajudar no término do Centro de Convenções de Foz do Iguaçu. Tenho certeza, no aspecto de turismo, ele está fazendo.

Há poucos dias, o governador, lá em Foz do Iguaçu, também declinou que 70% das verbas de turismo do Estado, estaria disponibilizando para Foz do Iguaçu.

Acho que no aspecto de turismo, Foz do Iguaçu está bem beneficiado no que se refere ao Governo do Estado e ao Governo Federal. Agora, o aspecto segurança, não vai aumentando, deputado Bradock, o senhor que conhece segurança. Não adianta o contingente de policiais, se não estancarmos a causa maior, que é a falta de oportunidade. Precisamos, para estancar de uma vez com essa falta de oportunidade, é apresentar alternativas econômicas de sobrevivência para essas pessoas.

Essa situação na Ponte da Amizade e em Foz do Iguaçu vai explodir, e as consequências serão ainda maiores do que essa que nós estamos vendo.

Concedo o aparte do deputado Barbosa Neto.

#### **O Sr. Barbosa Neto**

Gostaria de manifestar a minha preocupação em relação a esse assunto que foi abordado pelo senhor, nessa tribuna, já que nós temos em Foz do Iguaçu uma grande rede hoteleira, e é, sem dúvida nenhuma, a porta de entrada para muitos turistas internacionais.

Com essas notícias, e principalmente com essas imagens que percorreram o mundo, dos laranjas roubando turistas, sacoleiros, isso trará com certeza um prejuízo muito grande para todos aqueles que direta ou indiretamente sobrevivem do turismo na cidade de Foz do Iguaçu, que representa também uma fonte de receitas muito grande para o Estado do Paraná.

E, também, lamentar o assassinato desse ancião francês que, com certeza, também denigre a nossa imagem no exterior.

Gostaríamos que as relações exteriores no nosso País pudessem ser preservadas e que o Brasil pudesse ser notícia no exterior, não por fatos lamentáveis como esse trazidas pelo parlamentar, na tribuna desta Casa.

Muito obrigado!

#### **O SR. RENI PEREIRA**

Agradeço seu aparte.

Como último destaque, gostaria de pedir, se possível, de 5% do que se destina ao turismo em Foz do Iguaçu para aplicar em novas oportunidades. E tenho certeza que, de repente, esse jovem de 16 anos que assassi-

nou o turista, se tivesse uma oportunidade de trabalho, não teria cometido isso. E milhões de reais que foram gastos em publicidade não fossem água abaixo, com um fato desse.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Consulto o PTB, PP, PSDB, PDT, PT.

(**Declinam**)

No Horário do PMDB, com a palavra a deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, nobres companheiras e companheiros.

Quero deixar registrado que os deputados do Norte do Paraná: José Maria Ferreira, Durval Amaral, esta deputada, Barbosa Neto, André Vargas estivemos todos participando de uma reunião na Câmara de Vereadores de Londrina, a seu convite, para tratarmos da questão da região metropolitana.

Foi uma reunião muito produtiva, pela primeira vez todos os deputados juntos, os da base de sustentação e os que não pertencem à base de sustentação. Numa demonstração ímpar, democrática, séria, de compromisso com o Estado do Paraná. Independente das nossas posições, eventuais divergências aqui no campo da idéias, ou na concepção de algum entendimento, o importante é dar essa demonstração pública de compromisso com o Estado, com os municípios pelos quais fomos eleitos e chegamos até aqui.

A secretária Eleonora Fruet apresentou, naquela ocasião, um plano de desenvolvimento regional, onde o Governo do Paraná propõem uma atuação macro para todo o Estado, com a perspectiva de propiciar e impulsionar o desenvolvimento econômico, político e social. E ela não descartou, em nenhum momento, a importância da discussão das regiões metropolitanas do nosso Estado.

Naquela discussão ficou claro que é preciso o entendimento do que quer dizer a inserção na região metropolitana. Existem algumas questões que são de responsabilidade do município, outras do Estado, outras até de responsabilidade da União. E algumas de responsabilidade de todas as esferas dos governos constituídos. Foi também acompanhando a secretária, o senhor Forte Neto que, capitaneado por ele e com representantes de Iparde e outros setores e institutos, foi constituído esse belíssimo programa, competente, sério, que demonstra uma preocupação do Governo Requião em redimensionar, repensar o Estado e investir nas estruturas necessárias para que aumentemos o índice de desenvolvimento humano, que é um dos mais baixos do Brasil, e que se reequilibre a questão da miséria que também nos últimos tempos foi acelerada no Estado do Paraná.

Ficou consignado, o deputado José Maria colocou muito bem a sua preocupação e que também propõe uma emenda para que exista uma rubrica para o início do funcionamento dessa estrutura da região metropolitana. Também igualmente o deputado André Vargas e outros deputados falaram na mesma direção. Então, sairá desse grupo de deputados, uma proposta de emenda assinada por todos nós.

É importante deixar claro que as razões pelas quais não foram inseridos ainda no orçamento no PPA foram devidamente esclarecidas. Foi uma reunião tranquila, bastante serena, aonde as explicações foram devidamente colocadas, a situação foi colocada nos seus devidos lugares, deixando claro que aqui nenhum deputado tem resistência em relação à criação da Região Metropolitana.

Falamos a mesma linguagem, apesar de termos compreensões diferentes. Por exemplo: esta deputada entende que mais importante que uma rubrica pura e simplesmente no orçamento, é preciso um projeto, um programa elaborado por todos para implementação da região metropolitana. E não antes do projeto a rubrica, porque o projeto que veio dimensionar esse valor, é que vai dizer quanto exatamente precisamos para a implantação da região metropolitana.

Coloco isso aqui, para que possamos efetivamente deixar claro em caráter definitivo, a preocupação de todos os deputados da região norte do Paraná em relação à região metropolitana. Embora a imprensa tenha omitido o nome dos demais deputados, o conjunto dos deputados acha importante deixar esclarecido aqui que todos os deputados participaram, fizeram propostas, fizeram encaminhamentos e se posicionaram em relação à questão da Região Metropolitana de Londrina, e desta forma vamos daqui para frente tratar de discutir de uma forma mais elaborada com os prefeitos, com as universidades, com os institutos, com os setores, para efetivamente sabermos o que queremos com a região metropolitana, porque não basta apenas o discurso, é preciso ter um projeto pronto e isso o governo já tem, mas precisam dele participar os prefeitos, as autoridades das diversas cidades, dos diversos municípios, para que possamos dar início a esse importante trabalho da região metropolitana.

Era isso, senhor presidente, nobre companheiros.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Só por questão de justiça, queria fazer aqui uma explicação. O deputado Neivo Beraldin e Valdir Rossoni falaram a respeito do som e eu fiz questão de subir no som e constatamos com o pessoal que cuida da parte técnica, de que o som, quem regula, é a presidência. Se a presidência quiser mais som, tem mais som; se quiser menos som, tem menos som. Então, depende única e exclusivamente desta presidência.

E o que eu dizia a eles que o som tem que ser um som que todos possam entender, mas há algumas determinações de às vezes deixar mais baixo o som. Tem que haver esse controle da presidência, para que defina o volume do som, senão vamos ficar culpando. O som lá é moderno, tem jeito de fazer o que quiser.

V. Exa. que está hoje na Mesa, pode determinar.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta presidência preside por um acidente de percurso e não entende de som.

O SR. ANDRÉ VARGAS (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

V. Exa. fica muito bem como presidente. Certamente num futuro breve voltará a essa posição, que já esteve no passado.

A questão de ordem é apenas para saudar a população de Londrina, os representantes dos moradores da região norte da minha cidade, onde eu resido, que venha à capital do Estado reivindicar a duplicação da Avenida Carlos Strass que tem feito inúmeras vítimas, e a população mobilizada vem solicitar do governo sensibilização, para que se duplique aquela avenida.

Portanto, saudá-los com todo fervor desta Assembléia.

A Casa está feliz por receber o povo na sua Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Projeto de lei de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 279/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utili-

dade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Professora Hildegard Sondahl, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI DE Nº 279/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Professora Hildegard Sondahl, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 409/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que cria a Região Administrativa Central do Estado do Paraná, integrada pelos seguintes municípios: Laranjal, Palmital, Santa Maria, Boa Ventura, Mato Rico, Manoel Ribas, Pitanga. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criada a Região Administrativa do Centro do Estado do Paraná, integrada pelos seguintes municípios: Laranjal, Palmital, Santa Maria, Boa Ventura, Mato Rico, Manoel Ribas e Pitanga.

Art. 2º - Fica designada para sede da Região Administrativa do Centro do Estado do Paraná a cidade de Pitanga.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 438/2003, de autoria do deputado Rafael Greca, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Golfe, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no DA nº 060/2003, de 13.08.2003).**



**ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 591/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Servidores Públicos de Jataizinho, com sede no município de Jataizinho e foro no município de Uraí. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 079/2003 de 06.10.2003).**

**ITEM 05**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 517/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Eulália Domingos de Oliveira Zarantonelli- Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a Emenda.**

**ITEM 06**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 522/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Pré Escola Municipal Professor Geraldo Prehl - Educação Infantil, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

**ITEM 07**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 571/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação Cristã beneficente de Reserva, com sede e foro no município de Reserva. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a Emenda.**

**ITEM 08**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 582/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/2003, que cria o fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE- PR, conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a Emenda.**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 665/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/2003, que objetiva definir critérios de escolha, mediante consulta à comunidade escolar para designação de diretores e diretores auxiliares da Rede Estadual de Educação Básica do

Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDAS DA CCJ.**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
EMENDA MODIFICATIVA**

Ao Projeto de Lei nº 665/2003, que dispõe sobre a designação de diretores e diretores auxiliares da Rede Estadual Básica do Paraná, mediante consulta à comunidade.

Modifique-se o *caput* do artigo 18, do Projeto de Lei nº 665/2003, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18 - Nos estabelecimentos de ensino em que não houver quórum mínimo de 35% (trinta e cinco por cento) ou onde a chapa ou candidato únicos obtiverem resultado inferior ao número de votos em branco será realizada nova votação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da consulta.”

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

Apoiamento:

Ratinho Júnior, Alexandre Curi.

JUSTIFICATIVA:

Em nosso parecer na Comissão, já justificamos a mudança proposta. O quórum excessivamente elevado poderá inviabilizar o processo eleitoral, nesse primeiro momento. A consciência da necessidade da participação popular na eleição de diretores é um processo a ser reconstruído progressivamente.

Durante muitos anos, a comunidade escolar ficou afastada da eleição de diretores e esta terá que readquirir a credibilidade no procedimento eleitoral.

Ao estipular-se em 51% o quórum mínimo estar-se-á dificultando a legitimação da eleição direta de diretores.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
EMENDA MODIFICATIVA**

Ao Projeto de Lei nº 665/2003, que dispõe sobre a designação de diretores e diretores auxiliares da Rede Estadual Básica do Paraná, mediante consulta à comunidade.

Modifique-se o artigo 10, do Projeto de Lei nº 665/2003, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10 - O quórum mínimo de comparecimento para homologar o processo de consulta será de pelo menos 35% (trinta e cinco por cento) dos constantes da

lista de aptos a votar, aprovada pela Comissão Eleitoral do Estabelecimento de Ensino.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

Apoioamento:

Ratinho Júnior, Alexandre Curi.

**JUSTIFICATIVA:**

Em nosso parecer na Comissão, já justificamos a mudança proposta. O quórum excessivamente elevado poderá inviabilizar o processo eleitoral, nesse primeiro momento. A consciência da necessidade da participação popular na eleição de diretores é um processo a ser reconstruído progressivamente.

Durante muitos anos, a comunidade escolar ficou afastada da eleição de diretores e esta terá que readquirir a credibilidade no procedimento eleitoral.

Ao estipular-se em 51% o quórum mínimo estará-se dificultando a legitimação da eleição direta de diretores.

Está em votação o projeto, ressaltadas as emendas.  
Em discussão. Em votação.

**Aprovado, artigo por artigo.**

Está em votação a emenda da Comissão de Justiça que altera o prazo do mandato para dois anos.

Em discussão. Em votação.

**O SR. ELIO RUSCH (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Nós entendemos que é um desejo dos professores do Estado do Paraná, bem como dos alunos e de toda a classe estudantil do nosso Estado, ter as eleições diretas para diretor.

No governo passado houve um decreto que regulamentou as eleições para diretor com a participação dos professores, dos pais, alunos e também um representante do Governo do Estado, através dos Núcleos Regionais da Educação e cada um tem o seu peso.

Entendemos que o decreto, acho que é o nº 4313, trouxe uma série de discussões e, por conseguinte, também alguns desânimos por parte de alguns professores e por outros que também estavam defendendo este decreto.

O atual governo do Estado envia para esta Casa uma mensagem, após o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná entender que o decreto do ex-governador é inconstitucional.

Ora, se o decreto for considerado inconstitucional, logo prevalece a Lei de 1984, ainda do ex-governador José Richa, que estabelece as eleições diretas, mas limitando os professores aptos que possam participar dessa eleição. E a atual mensagem do governador, entende que, através da sua mensagem, enviada à Assembléia Legislativa, ele estabelece a eleição direta com os professores, funcionários, alunos acima de dezesseis anos, e vence aquele que obtiver o maior número de votos.

Pela mensagem original, e eu já aproveito porque são duas emendas, acho que vamos discutir hoje uma do deputado Marcos Isfer e outra do deputado Tadeu Veneri, que mexe também na questão do quórum qualificado para ter legitimidade a eleição para diretor do estabelecimento de ensino.

Ora, nós entendemos, deputado Marcos Isfer, a sua preocupação é legítima, é de direito de qualquer parlamentar apresentar uma emenda. Da mesma forma, nós tínhamos apresentado uma emenda, já pronta, deputado Traiano, mas diante do próprio desejo da APP Sindicato do Estado do Paraná, nós retiramos a nossa emenda e o deputado Ademar Traiano também não apresenta a sua emenda. E vamos atender exatamente aquilo que a APP Sindicato tem discutido com os professores do Estado do Paraná através da Assembléia, conforme palavras do presidente da APP Sindicato.

Entendemos que é legítimo o pleito ou a emenda do deputado Marcos Isfer, mas entendemos também, deputado Marcos Isfer e senhores deputados, que nada mais justo do que uma eleição para três anos. Três anos acho que é um tempo considerável, justo, correto, conforme a mensagem original do Governo do Estado enviada a esta Assembléia Legislativa, como entendemos também que o quórum qualificado possa ser reduzido de 51% para 35%.

Desta forma, a Bancada de Oposições e o deputado Durval Amaral nos conferiu ao menos esses poderes para que falássemos em nome dele também. O nosso desejo é que a mensagem seja aprovada conforme o original, ou seja, para três anos de mandato com direito de uma reeleição para os diretores que venham a ser eleitos; dando condições também para os professores que hoje exercem o mandato de diretor que possam ser candidatos também. E também entendemos que a emenda do deputado Tadeu Veneri possa atender e preenche claramente os requisitos, ou seja, os anseios da APP Sindicato do Estado do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Com a palavra, para encaminhar, deputado Marcos Isfer.

**O SR. MARCOS ISFER (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, senhores deputados.

Na verdade, o que se busca resgatar aqui - está de parabéns o Governo do Estado - é a eleição direta para diretor de escola, baseado, aliás, em um Projeto de Lei de 1984, do nosso companheiro Rubens Bueno, que era a famosa Lei Rubens Bueno que instituiu a eleição direta de diretores de escolas. Um dos princípios que levou o PPS a apoiar o governador Requião no 2º turno foi justamente de que fosse restaurada a eleição direta para diretores de escolas, um princípio democrático.

Por que é que nós fizemos a emenda, nobre deputado Elio Rusch de dois anos, ao invés de três anos? Nós entendemos que as eleições de diretores de escolas

devem acontecer em anos que hajam eleições proporcionais para deputados, governador, prefeito e vereadores, por quê? Porque nós entendemos que é muito importante, para o aspecto de preservação de uma escola perante a sua comunidade, que essa eleição seja uma eleição solteira e, portanto, haja a efetiva participação de toda a comunidade. Nós entendemos que é necessário e importante que essa eleição ocorra.

Da mesma forma, entre os proponentes estávamos nós, para, na constitucionalidade da lei, editada no governo anterior, em que havia um peso para os núcleos de educação, que acabavam de certa forma fazendo a nomeação, ao invés de uma eleição pura e simples, como é esta, muito mais democrática, muito mais legítima, muito mais voltada à população e à comunidade.

Nós entendemos que dois anos é mais do que necessário, para o exercício da direção. Não coincide com eleições partidárias. Não coincide com eleições que possam confundir-se com a eleição da própria escola. Da mesma forma, como está o texto, que nos foi enviado, que fala em três anos, com possibilidade de duas reeleições. O mandato do diretor iria para nove anos, se considerarmos que democraticamente o governo entendeu que aqueles que foram eleitos, mesmo por uma lei que deixou de valer, poderiam voltar a concorrer sem nenhum problema. Isso é democracia: quando se permite que a todos seja dado o direito de concorrer. Nós teríamos diretores com a possibilidade de ficar frente a uma escola, por doze anos ou mais, até.

Entendemos que isto é algo que para nós é programático, do PPS - é uma visão que temos, que essas eleições de diretor de escola não coincidam com eleições partidárias. Dessa forma foi a razão da emenda. Queremos propugnar e queremos dizer o seguinte: não nos furtamos de voltar a avaliar isto no futuro, em uma próxima eleição, em uma próxima lei, que porventura venha a esta Casa. Entendemos que é muito importante que não haja essa coincidência.

Da mesma forma queremos pedir aos companheiros, para que aprovemos esta lei, com estas duas emendas, também pela redução do quórum. Uma vez que a redução do quórum faz com que haja, efetivamente, a participação de todos. O quórum de 51% em grandes escolas fica difícil de ser atingido. Entendemos e também queremos encaminhar favoravelmente.

Queremos principalmente ressaltar a oportunidade desta lei, neste momento, fazendo com que se resgate o direito da comunidade de escolher o seu legítimo diretor, para que não haja aquilo que muitas vezes vimos acontecer, com delegados que eram nomeados em indicações políticas, com diretor de escola que é nomeado em indicação política e se tornam, portanto, currais eleitorais em épocas quando há eleição proporcional, principalmente, quando há eleição em pequenos municípios, aonde o poder do prefeito, o poder político acaba sendo exercido.

Queremos efetivamente de dois em dois anos e com esta forma democrática trabalhada, entre a APP, que

está de parabéns - Associação Paranaense dos Professores e também o governo do Estado, em enviar esta lei para a Assembléia.

Queremos também agradecer ao nosso companheiro Waldir Leite, que tinha uma proposição a ser apresentada e entendeu que poderia retirá-la, para que não fosse prejudicado o processo de eleições, que já está marcado para o próximo dia 28 de novembro.

Era isso, senhor presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

O deputado José Maria cedeu para o deputado Rossoni.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Cedi pelo princípio de alternância.

O SR. VALDIR ROSSONI

Porque encaminharei contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Certo.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, tenho uma posição antiga quanto à questão de eleição de diretor de escola. Sou radicalmente contra eleição de diretor de escola. Sou favorável que o diretor da escola seja nomeado pelo secretário da Educação, que quer implantar uma nova filosofia, um novo método, dentro do Estado, na área de educação, ele tem a sua equipe para ser implantada. Quero deixar consignado e registrado, que o deputado Rossoni se posiciona contra a eleição de diretores.

Eu acredito, sim, que deveríamos aprovar aqui, um projeto, dando amplos poderes ao secretário da Educação porque esta eleição de diretores de escolas cria, dentro da própria escola uma divisão tão grande que não é salutar para o bom funcionamento da escola. Porque todos nós sabemos que as escolas públicas, municipais e estaduais, elas funcionam quando o corpo docente trabalha junto e essas eleições trazem uma divisão dentro das escolas.

Então, eu gostaria de deixar registrado, eu sei que todos os deputados são favoráveis às eleições, mas eu quero deixar registrado que, se um dia eu puder mudar, porque esta questão de democracia, ela é importante, agora há uma forma de fazer democracia dentro da escola diferente, não é criando uma divisão entre os professores. Porque na verdade, nas escolas, cria-se duas panelinhas e aí o que é que acontece? Aquela que ganha, na grande maioria, massacra aquela que perde!

Nós tivemos essa experiência, eu quando líder do Governo Jaime Lerner aqui nesta Casa, que foi encaminhada a votação, encaminhei favorável, por dever de ofício, mas deixei registrado também, naquela

oportunidade, que eu era contra a eleição de diretores das escolas. Sou favorável que o secretário da Educação tenha amplos poderes para nomear os diretores das escolas públicas estaduais.

Era esse o meu posicionamento e fiz isso para deixar registrada a minha posição.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Primeiro, quero aqui fazer um reconhecimento que o Governo mandou para esta Casa uma mensagem bem elaborada, uma lei democrática, uma lei que contempla todos os interesses da Educação, pelo menos aqueles que estão mais próximos do cotidiano.

Eu só lamento porque nós precisávamos de um pouco mais de tempo para que pudéssemos discutir, para que não estivéssemos votando aqui uma lei que no dia 28 já tem a sua eleição marcada. Se eu pudesse inclusive fazer uma emenda faria no sentido que nós teríamos três anos e uma única reeleição, por quê?

Para que não levássemos ao desgaste, ao stress, aquilo que o deputado Valdir Rossoni colocou: que a eleição dentro das escolas, por ser inclusive, é até um paradoxo, uma área onde deve ser formado o conhecimento, instruído e repassado, mas é uma área que não está preparada para a cada dois anos sofrer um embate eleitoral dentro dos colégios. Isso traz dificuldades! E teria mais que também apresentar uma emenda que está posta no papel, não apresento, vou deixar para uma outra oportunidade, para não atrapalhar o processo de votação que já está exíguo.

É o item 4º do artigo 4º, em que permite que os alunos com idade inferior a 16 anos, matriculados no ensino médio e profissional, participem diretamente do processo eleitoral. Entendo que o aluno, para que possa fazer o seu exercício de escolha, precisa ter, no mínimo, 16 anos completos. E do jeito que está o item 4º do artigo 4º, o aluno, desde que ele esteja matriculado num desses dois cursos, o curso de ensino médio ou o de educação profissionalizante, vai fazer o exercício com tranquilidade!

Por outro lado, o processo avança, e muito, porque do que tivemos no passado aonde o núcleo acabava fazendo a escolha dos professores que iam ocupar a vaga de diretor e diretor-auxiliar, evidentemente que isso não tem mais. Isto foi um grande avanço e permitiu esta nova proposta da lei que define o colégio eleitoral, da lei que define os critérios, da lei que vai, a partir do dia 28, escolher, com certeza, os diretores administrativos e os diretores dos nossos colégios estaduais públicos.

**O SR. RENI PEREIRA (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, na verdade, mais do que um encaminhamento, é um desabafo. É triste ver um deputado como o José Maria dizer que está abrindo mão de uma emenda em virtude da exigüidade do tempo.

Recebi hoje pela manhã um fax dos diretores das escolas estaduais do município de Foz do Iguaçu e região

que diz: “solicito uma especial atenção quanto à notícia sobre a eleição de diretores a realizar-se no próximo dia 28. Consta-se que as decisões ainda não estão definidas, pois a cada dia recebemos novas determinações. A última é de que o mandato de diretor passará de 2 para 3 anos. As chapas já estamos apresentando e terminará no dia 18, dez dias antes da eleição. A própria eleição é um projeto de lei, e portanto, não é legal.”

Veja bem, senhor presidente, dois dias antes de vir para esta Casa o projeto, já tinha sido encaminhado para esta Casa o calendário da eleição. Acho que o Governo está investido da mais alta boa intenção, neste caso, que é de levar o processo democrático para dentro das escolas. Mas, quanto à reforma que está sendo encaminhada, eu discordo. Votarei com o governo, porque quero a democracia dentro das escolas, mas acredito que poderiam ter tido um pouco mais de respeito para com a Assembléia Legislativa e para com os deputados, e pelo menos ter esperado mais 3 ou 4 dias antes de mandar o calendário. Há insegurança entre os diretores, porque as regras não estão estabelecidas, o prazo para fixação das chapas já está se extinguindo e temos ainda hoje a discussão de emendas nesta Casa.

**O SR. JOCELITO CANTO (Para Encaminhar)**

Durante a campanha eleitoral, sempre disse que votaria em todos os assuntos relacionados à educação, de acordo com os interesses dos professores. E essa lei que estamos votando hoje, é uma lei que foi discutida amplamente pela APP-Sindicato, na pessoa do seu presidente que está presente aqui, o Sr. José Lemos.

E não vejo o porquê não votarmos ela. Quero deixar claro, aqui, que voto junto com a APP, que é o sindicato que cuida dos interesses dos professores de todo o Paraná. Só discordo do deputado Rossoni quanto às eleições; acho que é importante desde pequenos, nas escolas públicas termos jovens participando do pleito eleitoral, para que no futuro eles possam nos substituir aqui neste plenário, no Governo do Estado, nas prefeituras. E possam, desde pequenos, serem ensinados na política do dia-a-dia. Gostaria de deixar claro que o meu posicionamento é a favor do projeto original do governo e que foi aprovado pelo Sindicato dos Professores através da APP.

Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

**A SRA. ELZA CORREIA**

Acho importante deixar consignado a fala desta deputada.

Evidentemente, vamos votar com o projeto da forma como está colocado, porque concordo com o deputado José Maria e outros que se manifestaram de que é um projeto bom, mas entendo que é preciso a Assembléia Legislativa receber de fato um pouco mais de tempo para que possamos discutir com mais serenidade projetos desta natureza.

Esteve há poucas horas no meu gabinete o Lemos, da APP, com um grupo de professores falando ainda

sobre a questão das emendas, que poderia ser por 3 anos, na verdade, embora tenha dito a ele com toda clareza que votaríamos com a proposta do Governo, que seria de 2 anos.

Coloco isto, por quê? Porque está ainda no governo o projeto de cargos e salários dos professores e esperamos, sinceramente, que não demore o tempo que demorou a vinda desta lei para cá, para que de fato tenhamos o tempo necessário para discutir e apresentar propostas, aprofundar essa discussão. Porque senão, fica assim, a toque de caixa, e essa questão constrangedora de alguns deputados para não inviabilizar, para não impedir, para não dificultar mais, ter que retirar propostas.

Fica registrado, aqui. É necessário a intervenção do nosso líder do Governo e do líder do Partido, que sei que o farão, para que o plano de cargos venha com um pouco mais de antecipação para que possamos discutir melhor, conhecê-lo melhor, e fazer as eventuais emendas, se assim for necessário.

Coloco isso porque acho que temos que ter essa tranquilidade e não ficarmos nesse sentimento, que alguns deputados ficam, de frustração, por não terem tempo de apresentarem as suas emendas.

Quero aproveitar para dizer que às cinco horas da tarde estaremos com o pessoal da Famecol e da Associação de Moradores Milton (Davé), que nos visitam nesta tarde, para termos uma conversa com o secretário Waldyr Pugliesi em relação a assuntos de seu interesse.

Obrigada pela presença de todos vocês.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Em votação a emenda do deputado Marcos Isfer.  
Aprovada.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Solicito a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Verificação de votação.

Os deputados que aprovam, queiram levantar-se.  
21 aprovam; 9 rejeitam.

**Aprovada** a emenda do deputado Marcos Isfer.

Emenda do deputado Tadeu Veneri, que reduz o quórum para 35%.

**Aprovada.**

Emenda dos deputados Tadeu Veneri e Barbosa Neto.

**Aprovada.**

## ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 016/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que dispõe sobre a realização de plebiscito diante de propostas de obras e serviços estaduais de grande vulto. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. COM EMENDAS DA CCJ E COPTC. (**Publ. no DA nº 001/2003, de 18/02/2003**)

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 016/2003

### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Tadeu Veneri, visa dispor sobre a realização de plebiscito diante de proposta de obras e serviços estaduais de grande vulto.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável, na forma da emenda anexada.

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 016/2003

O artigo 4º do Projeto de Lei nº 016/2003, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - A convocação e divulgação do plebiscito ficam a cargo da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A convocação e divulgação ocorrerão, no mínimo, com 90 dias de antecedência.”

Sala das Sessões, em 18.03.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 016/2003

### P A R E C E R :

#### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Tadeu Veneri, visa dispor sobre a realização de plebiscito diante de proposta de obras e serviços estaduais de grande vulto.

#### Fundamentação

Chamada a opinar sobre a matéria, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, a Comissão de Finanças acompanha o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, entendendo que a proposição em tela procura proporcionar aos nossos cidadãos uma participação mais efetiva na vida pública paranaense, ampliando o processo democrático do nosso Estado.

#### Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 16/2003, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02.04.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 016/2003

P A R E C E R :

De autoria do deputado Tadeu Veneri, o projeto em epígrafe torna obrigatória a realização de plebiscito anual para decidir sobre a conveniência de se realizarem obras e serviços de grande vulto, assim entendidos aqueles que comprometam mais de 5% (cinco por cento) da receita tributária centralizada prevista na Lei Orçamentária Anual do Estado ou tenham grande repercussão para a população ou para a Administração Pública, alterem profundamente a paisagem natural, afetem o meio ambiente e tenham significativo impacto na organização do espaço urbano e rural.

Nos termos do referido projeto de lei, caberá à Assembléia Legislativa, por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, individualizar tais obras e serviços.

Se com a promulgação da Constituição Federal de 1988 o planejamento já se impunha como necessário, hoje, com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, tornou-se imprescindível. Nos termos dessa lei, a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Isto significa que o administrador público não pode mais arrecadar e gastar sem um programa de governo, que evite a improvisação e contemple obras e serviços prioritários para a população.

Mesmo assim, grandes obras públicas são realizadas às vezes sem que atendam às reais necessidades da população.

Em face disso, entendemos que o povo deve ser consultado, mediante plebiscito, sobre matéria de acentuada relevância, inclusive de natureza administrativa, como é o caso das obras e serviços previstos pelo projeto, quando estes comprometam de modo significativo a receita estadual ou tenham grande repercussão para a população ou o meio ambiente. É a consagração da soberania popular, prevista na Constituição Federal (artigo 14, *caput* e incisos I a III) e regulamentada pela Lei nº 9709/98.

O presente projeto, de autoria do deputado Tadeu Veneri, torna obrigatória a realização de plebiscito anual para decidir sobre a conveniência de se realizar obras e serviços de grande vulto, que comprometem mais de 5% (cinco por cento) da Receita Tributária Centralizada prevista na Lei Orçamentária Anual do Estado do Paraná.

A Constituição Estadual cita:

“Art. 2º - A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, nos termos desta Constituição e da lei, e mediante:

I - plebiscito;”

“Art. 87 - Compete privativamente ao Governador:

III - exercer, com auxílio dos secretários de Estado, a direção superior da administração estadual:

VI - dispor sobre organização e funcionamento da administração estadual, na forma da lei;”

“Art. 54 - Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

XXI - autorizar plebiscito e referendo, na forma da lei;”

“Art. 15 - Os municípios gozam de autonomia, nos termos previstos pela Constituição Federal e por esta Constituição”.

“Art. 16 - O município reger-se-á por lei orgânica e os seguintes preceitos:

XII - organização das junções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal;”

O artigo 4º do projeto em análise, abaixo descrito, dá atribuições à Mesa Executiva da Câmara do Município de Curitiba:

“Art. 4º - A convocação e divulgação do plebiscito ficam a cargo da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Curitiba.”

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece nos incisos VI e VII, do parágrafo primeiro artigo 33, o seguinte:

“Art. 33 - Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 1º - À Comissão Executiva compete:

VI - autorizar despesa;

VII - elaborar a proposta orçamentária da Assembléia Legislativa e encaminhá-la ao Poder Executivo”;

O artigo 6º do projeto dispõe: que as despesas dessa lei ocorrerão por conta da dotação orçamentária da Assembléia Legislativa, suplementada se necessário.

Não obstante, em nosso entendimento, o presente projeto deve sofrer duas alterações:

a) No *caput* do artigo 1º, deve ser excluída a palavra “anual”. Considerando que o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser encaminhado à Assembléia anualmente, em se constando as obras ou os serviços de que trata o presente projeto, o plebiscito deve ser convocado. Caso contrário, não há razão para a realização do plebiscito. Daí não ser adequada a exigência de realização de plebiscito anual.

b) No artigo 4º, o prazo mínimo de noventa dias para a convocação e divulgação do plebiscito deve ser reduzido para sessenta (no mínimo!), a fim de que o Projeto de Lei Orçamentária contemple o resultado do plebiscito.

Ocorre que, nos termos do artigo 22, incisos II e III, do ADCT da Constituição do Estado do Paraná, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser encaminhado à Assembléia Legislativa até 15 de abril e o projeto da Lei Orçamentária até 30 de setembro. Consequentemente, nesse intervalo de tempo (de 15 de abril a 30 de setembro), a Assembléia deverá identificar as obras e serviços que devam ser submetidos a plebiscito, convocá-lo, realizá-lo e comunicar o resultado ao governador do Estado para que possa, se for o caso, alterar o projeto de

Lei Orçamentária, adequando-o ao resultado do plebiscito, antes de enviá-lo a esta Casa.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei com as emendas que acompanham este parecer.

Sala das Comissões, em 13.05.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
ELZA CORREIA - Relatora

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 016/20003

Dê-se ao *caput* do artigo 1º do projeto de lei em epígrafe a seguinte redação:

“Art. 1º - É obrigatória a realização de plebiscito para decidir sobre a conveniência de se realizarem obras e serviços de grande vulto.”

Sala das Sessões, em 13.05.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
ELZA CORREIA - Relatora

Apoioamento:

Rafael Greca, Francisco Bühner, Elton Carlos Welter.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 016/20003

Dê-se ao artigo 4º do projeto de lei em epígrafe a seguinte redação:

“Art. 4º - À Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná compete a convocação e a divulgação do plebiscito de que trata esta lei com, no mínimo, sessenta dias de antecedência.”

Sala das Sessões, em 13.05.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
ELZA CORREIA - Relatora

Apoioamento:

Rafael Greca, Francisco Bühner, Elton Carlos Welter.

# ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 369/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que inclui na área de abrangência da Ciretran de Manguierinha, os municípios de Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão e Honório Serpa. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/2003, de 25.06.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 369/2003

## P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 369/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli, tem por objetivo incluir na área de

abrangência da Ciretran de Manguierinha, os municípios de Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão e Honório Serpa.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que impeça sua tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 369/2003

## P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Anibelli, tem por objetivo incluir na área de abrangência da Ciretran de Manguierinha, os municípios de Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão e Honório Serpa.

Segundo informações do autor, esse atendimento já se dá na prática e o projeto objetiva tão somente regular o procedimento.

A Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favorável à tramitação regimental da proposição.

No que compete à Comissão de Segurança Pública não há nada que obste a tramitação regimental.

O parecer é pela tramitação regimental, reservando-nos no direito de discutir o mérito em plenário.

Sala das Comissões, em 14.10.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente  
TADEU VENERI - Relator

# ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 376/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, que disponibiliza vagas gratuitas nos centros de formação de condutores e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/2003, de 25.06.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 376/2003

## P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 376/2003 de autoria do deputado Waldir Leite, tem por desígnio disponibilizar vagas gratuitas nos Centros de Formação de Condutores e dá outras providências.

O referido projeto objetiva permitir às pessoas de baixa renda, acesso gratuito ao curso obrigatório para obtenção de Carteira Nacional de Habilitação.

Em que pese as argumentações da Procuradoria Geral do Estado, o entendimento deste parlamentar sobre a matéria ora sopesada é diverso. Primeiramente, deve-se aclarar que o referido projeto de lei não possui o condão de legislar sobre “trânsito” especificamente, mas sim, sobre a política de administração dos Centros de Formação de Condutores. Desta forma, não podemos dar ouvi-

dos ao parecer da Procuradoria Geral do Estado do Paraná.

Ademais, também não devem prosperar as idéias de que a competência para regulamentar tal situação seriam do Contran, Cetran, etc., tendo em vista que, conforme a legislação pertinente, o órgão de trânsito estadual é que possui a alçada de proporcionar a fiscalização e controle, para que seja certificado que as deliberações sobre os procedimentos de aprendizagem advindos de normatização do Contran, estejam sendo cumpridos.

Desta maneira, não podemos admitir que a destinação de vagas gratuitas nos CFC's, seja matéria de trânsito, já que estamos tratando de forma de administração de pessoas jurídicas de direito privado, e não sobre os procedimentos de aprendizagem, ou mesmo o processo de formação dos condutores em si.

Diante da situação ora gizada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável, em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, fazendo fulgurar que se segue o procedimento apropriado para tal intento.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 02.09.2003.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício  
MARCOS ISFER - Relator

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA JUSTIÇA VOTO AO PROJETO DE LEI Nº 369/2003

##### **Relatório**

O ilustre deputado Waldir Leite propôs o presente projeto de lei, objetivando disponibilizar vagas gratuitas nos Centros de Formação de Condutores para pessoas de baixo poder aquisitivo, assim considerados aqueles com renda *per capita* igual ou inferior a um e meio salário mínimos, atribuindo ao Ciretran local receber os pedidos de interessados, analisar e decidir sobre o enquadramento destes nas condições exigidas e manter o rol dos habilitados bem como o controle da oferta por parte dos Centros de Formação de Condutores, tendo o corpo da lei em projeto estabelecido um percentual a serem disponibilizados de forma gratuita por parte deste, observando-se o seu porte.

A Procuradoria Geral do Estado encaminhou um parecer opinando pela inconstitucionalidade da proposição, sob o argumento de que tratar-se-ia de legislação de trânsito, cuja competência seria excluída da União.

O eminente deputado Marcos Isfer apresentou parecer pela constitucionalidade da matéria alegando não tratar-se de legislação de trânsito em seu sentido estrito, ou seja, não regula matéria de trânsito, mas sim a política de administração dos Centros de Formação de Condutores.

##### **Voto de Fundamentação**

Efetivamente o projeto de lei do deputado Waldir Leite não regula matéria de trânsito especificamente,

porém impõe uma espécie de obrigação social aos Centros de Formação de Condutores.

O pedido de vistas ao presente projeto naturalmente era em face da dúvida quanto a possibilidade de o Estado estabelecer estas obrigações aos Centros de Formação de Condutores, pessoas jurídicas de direito privado.

Primeiramente, em face da argumentação de que os Centros de Formação de Condutores seriam uma concessão do Estado.

A Lei Federal nº 9.503, de 23 de agosto de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, estabelece que:

“Art. 22 - Compete aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, no âmbito de sua circunscrição:

...

(inciso) X - credenciar órgãos ou entidades para a execução de atividades previstas na legislação de trânsito, na forma estabelecida em norma do Contran”;

...

Enquanto a Portaria nº 74/98, do Cotran regula o credenciamento dos serviços de formação e processos de habilitação de condutores de trânsito.

No Estado do Paraná a matéria está regulada pela Portaria nº 065/2001, do diretor geral do Detran-PR.

Assim, os Centros de Formação de Condutores são entes privados com credenciamento para funcionar como uma escola certificado pela Controladoria Regional de Trânsito. Portanto, se o credenciamento é efetuado pelo órgão estadual, entendemos que uma lei estadual pode estabelecer condições desde que não conflitem com normas federais, ou seja, o Estado tem autonomia, dentro da Federação, para fixar exigências próprias para credenciar escolas de formação de condutores em seu Estado.

Outro dilema é quanto à iniciativa desta norma. Porém entendemos que o legislativo tem competência para através de lei estadual de sua iniciativa impor exigências a serem observadas pelo Executivo Estadual, por ocasião do credenciamento de pessoas jurídicas privadas explorarem a atividade de escola de condutores.

Quanto aos demais aspectos práticos de implantação desta exigência, de cunho social, caberá a ato administrativo regulamentar a forma dos Centros de Formação de Condutores absorverem este ônus, considerando a necessidade de periodicamente haver a renovação dos credenciamentos.

Também não vislumbramos inconstitucionalidade na isenção de taxas junto ao Detran do Estado para os beneficiados com a medida, introduzida pelo artigo sexto da proposição, nem às penalidades a serem impostas aos Centros de Formação de Condutores credenciados que eventualmente não cumprirem com o estabelecido nesta norma.

Embora os CFC's já tenham a obrigação de destinar 10% (dez por cento) do valor bruto arrecadado para a aplicação de melhoria do seu sistema, a ser administrado



pelo órgão de trânsito credenciado, entendemos que caberá à comissão competente analisar o mérito da proposição, mormente quanto ao equilíbrio da necessidade social/capacidade dos CFC's.

#### **Conclusão**

Diante do exposto somos também pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade da proposição na forma do projeto apresentado, acompanhado, portanto, o relator, no sentido de ser favorável à tramitação do feito, requerendo seja anexado os termos do presente voto, acompanhado da Resolução e Portaria em anexo.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
ELTON CARLOS WELTER - Relator

#### **COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 376/2003**

#### **P A R E C E R :**

O projeto de lei sob exame, de autoria do nobre deputado Waldir Leite, propõe a obrigatoriedade aos Centros de Formação de Condutores de Veículos a disponibilização de vagas gratuitas às pessoas de baixo poder aquisitivo, conforme especifica.

Muito embora o apelo social dos argumentos utilizados na justificativa da proposta, não é facultado ao Poder Público Estadual impor às empresas privadas que exploram atividades econômicas, ainda que supervisionadas e controladas, segundo Resolução do Conatran e Portaria do Detran, anexas, vantagens aos usuários dos serviços por elas prestados, de modo a impor-lhes ônus de natureza financeira. Conforme já alertou a Comissão de Constituição e Justiça, em voto separado, anexo, desequilibrando a relação “função social da empresa x capacidade financeira”.

Isto posto, sugere esta Comissão de Segurança Pública manifeste-se, preliminarmente, o autor.

Sala das Comissões, em 10.11.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

#### **ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 619/2003, de autoria do deputado Artagão Júnior, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Paulo Cruz Pimentel. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 081/2003, de 13/10/2003).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 619/2003**

#### **P A R E C E R :**

#### **Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Artagão Júnior, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Honorário do Estado ao Sr. Paulo Cruz Pimentel.

#### **Fundamentação**

Chamada a opinar sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça entende que a proposição está de acordo com o disposto da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão de título de Cidadão Honorário e Benemérito do Estado do Paraná. O partido do autor também já oficiou que a proposição faz parte da cota da agremiação partidária.

#### **Conclusão**

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 61/2003, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DOUTOR LUCIANO - Relator

#### **O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

O mesmo está prejudicado, porque o Sr. Paulo Pimentel já é Cidadão Honorário do Paraná, através da Lei nº 6659, de 9 de janeiro de 1975, o qual foi autor o deputado Erondy Silvério.

A Mesa informa que falta apenas a entrega oficial.

A Presidência determina o arquivamento do projeto e ultimar os detalhes para que esta honraria seja conferida.

#### **ITEM 14**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 112/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, que sugere a definição de data para a execução de casamentos comunitários em todos os municípios do Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA CDHC. Aprovada. (Publ. no DA nº 085/2003, de 20/10/2003).**

#### **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA INDICAÇÃO Nº 112/2003**

#### **P A R E C E R :**

A Indicação nº 112/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, sugere a definição de data para execução de casamentos comunitários em todos os municípios do Estado do Paraná.

Baseado no Código Civil, artigo 3º da Lei nº 1060/50, a qual concede benefício às pessoas necessitadas, isentando-as de pagamento de quaisquer taxas relativas à lavratura de procuração por instrumento público, a proposta procura definir uma data para as cerimônias.

Isto posto, apresentamos parecer favorável à Indicação em tela, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29.10.2003.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
NELSON TURECK - Relator

#### **O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2626, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2627, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2628 e 2629, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2636, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2637, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2640, 2641 e 2643, de autoria do deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2642, de autoria do deputado Rafael Greca, com apoio do deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2644, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2624, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2625 e 2639, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2633, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2638, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

##### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/2003.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 665/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 016, 369 e 376/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 254, 292, 335, 498, 604, 612 e 655/2003.

Levanta-se a Sessão.

#### Ata de CPI:

##### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de setembro de dois mil e três, às 10h00, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Jogos Mundiais da Natureza, na sala de reuniões das Comissões, sob a presidência do senhor deputado Dobrandino da Silva, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Elton Carlos Welter, Fernando Ribas Carli e Luiz Fernandes da Silva Litro. Dando início aos trabalhos, passou-se à oitiva dos representantes da Planner Assessoria Promocional, Srs. João Ricardo Tramujas von Borell du Vernoy e Carlos Guilherme Schmidt Klopffleisch, que responderam sobre vários aspectos relacionados aos Jogos Mundiais da Natureza, tudo conforme notas taquigráficas, em anexo. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata, que vai assinada por ele, e por mim, Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente  
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

#### Ata de Comissão:

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de novembro do ano dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do senhor deputado Vanderlei Iensen, mais a presença dos senhores deputados-membros da Comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 514/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, dos quais para constar, eu, Rosângela Alves Cardoso, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) VANDERLEI IENSEN - Presidente  
Rosângela Alves Cardoso - Secretária

**Balancete:**

OFÍCIO Nº 018/2003

Curitiba, 10 de novembro de 2003.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de OUTUBRO/2003, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR  
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Mui Digno Diretor da DAT  
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Outubro	MÊS:Outubro Exercício: 2003	REF: GAR260A PAG.: 01 Data:31/10/2003
---	--------------------------------	---

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	13.100.000,00	135.500.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.100.000,00	135.500.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	2.600.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	2.600.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	13.100.000,00	138.100.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	253.942,71	5.069.397,45
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	253.942,71	5.069.397,45
CANCELAMENTO DE DÍVIDAS PASSIVAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	253.942,71	5.069.397,45
SALDO DO MÊS ANTERIOR		

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	14.588.157,73	4.760.343,88
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	14.588.157,73	4.760.343,88
TOTAL	27.942.100,44	147.929.741,33

BALANCETE FINANCEIRO                      MÊS:Outubro ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS:Outubro                                      Exercício: 2003	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 31/10/2003
--	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	14.128.860,86	129.256.055,99
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.856.347,75	108.565.479,90
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.272.513,11	20.690.576,09
DESPESAS DE CAPITAL	23.331,76	1.096.964,16
INVESTIMENTOS	23.331,76	1.096.964,16
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	14.152.192,62	130.353.020,15
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	0,00	497.936,38
PAGAMENTOS	0,00	497.936,38
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	0,00	3.288.876,98
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	3.288.876,98
CANCELAMENTO DE OUTROS CRÉDITOS (C.A.)	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	0,00	3.786.813,36
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	13.789.907,82	13.789.907,82
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	13.789.907,82	13.789.907,82

---

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
TOTAL	27.942.100,44	147.929.741,33

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade